



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

CLIMA ESCOLAR E SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

SCHOOL CLIMATE AND MENTAL HEALTH IN BASIC EDUCATION: CHALLENGES AND STRATEGIES FOR THE PREVENTION OF VIOLENCE IN SCHOOLS

CLIMA ESCOLAR Y SALUD MENTAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: DESAFÍOS Y ESTRATEGIAS PARA LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA EN LAS ESCUELAS

RESUMO

O presente estudo aborda a relação entre clima escolar, saúde mental e violência na educação básica brasileira, analisando os desafios enfrentados pelas comunidades escolares e as estratégias disponíveis para a prevenção de comportamentos violentos no ambiente educacional. A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, por meio da revisão sistematizada de produções acadêmicas nacionais indexadas em bases de dados reconhecidas, como SciELO, Periódicos CAPES e repositórios universitários, tendo como corpus quinze obras publicadas entre os anos de maior produção recente sobre o tema. A análise evidencia que o clima escolar exerce papel determinante na promoção do bem-estar psicológico dos estudantes e dos profissionais da educação, sendo que ambientes marcados pela hostilidade e pela insegurança potencializam o sofrimento emocional e contribuem para a perpetuação de ciclos de violência. Os resultados indicam que a violência escolar, em suas múltiplas formas, incluindo bullying, agressões físicas e violência simbólica, compromete diretamente a saúde mental de alunos e professores, gerando transtornos como ansiedade, depressão e síndrome de burnout. O estudo identifica que as estratégias mais eficazes de prevenção articulam a melhoria do clima escolar, a promoção de habilidades socioemocionais, a formação continuada de professores e a implementação de políticas públicas integradas. Verifica-se, ainda, a necessidade urgente de superar a fragmentação das iniciativas preventivas, promovendo ações intersetoriais que envolvam escola, família, saúde e poder público. Conclui-se que a construção de ambientes escolares seguros, acolhedores e democráticos constitui condição indispensável para o pleno desenvolvimento dos estudantes e para a efetiva garantia do direito à educação de qualidade no Brasil.

Palavras-chave: Clima escolar; saúde mental; violência escolar; educação básica; prevenção.

ABSTRACT

This study addresses the relationship between school climate, mental health, and violence in Brazilian basic education, analyzing the challenges faced by school communities and the strategies available for preventing violent behavior in the educational environment. The research adopts a qualitative bibliographic approach through the systematized review of national academic productions indexed in recognized databases such as SciELO, CAPES Periodicals, and university repositories, with a corpus of fifteen works published during the period of greatest recent production on the topic. The analysis shows that school climate plays a decisive role in promoting the psychological well-being of students and education professionals, with environments marked by hostility and insecurity intensifying emotional suffering and contributing to the perpetuation of cycles of violence. The results indicate that school violence, in its multiple forms, including bullying, physical aggression, and symbolic violence, directly compromises the mental health of students and teachers, generating disorders such as anxiety, depression, and burnout syndrome. The study identifies that the most effective prevention strategies combine improvements to school climate, the promotion of socioemotional skills, continuing teacher education, and the implementation of integrated public policies. There is also an urgent need to overcome the fragmentation of preventive initiatives by promoting intersectoral actions involving schools, families, health services, and public authorities. It is concluded that the construction of safe, welcoming, and democratic school environments is an indispensable condition for the full development of students and for the effective guarantee of the right to quality education in Brazil.

Keywords: School climate; mental health; school violence; basic education; prevention.

RESUMEN

El presente estudio aborda la relación entre el clima escolar, la salud mental y la violencia en la educación básica brasileña, analizando los desafíos que enfrentan las comunidades escolares y las estrategias disponibles para la prevención de comportamientos violentos en el entorno educativo. La investigación adopta un enfoque cualitativo de naturaleza bibliográfica, mediante la revisión sistematizada de producciones académicas nacionales indexadas en bases de datos reconocidas como SciELO, Periódicos CAPES y repositorios universitarios, con un corpus de quince obras publicadas en el período de mayor producción reciente sobre el tema. El análisis evidencia que el clima escolar desempeña un papel determinante en la promoción del bienestar psicológico de los estudiantes y de los profesionales de la educación, siendo que los entornos marcados por la hostilidad y la inseguridad intensifican el sufrimiento emocional y contribuyen a la perpetuación de ciclos de violencia. Los resultados indican que la violencia escolar, en sus múltiples formas, incluyendo el acoso escolar, las agresiones físicas y la violencia simbólica, compromete directamente la salud mental de alumnos y docentes, generando trastornos como la ansiedad, la depresión y el síndrome de burnout. El estudio identifica que las estrategias de prevención más eficaces articulan la mejora del clima escolar, la promoción de habilidades socioemocionales, la formación continua del profesorado y la implementación de políticas públicas integradas. Se verifica, además, la necesidad urgente de superar la fragmentación de las iniciativas preventivas, promoviendo acciones intersectoriales que involucren a la escuela, la familia, los servicios de salud y el poder público. Se concluye que la construcción de entornos escolares seguros, acogedores y democráticos constituye una condición indispensable para el pleno desarrollo de los estudiantes y para la garantía efectiva del derecho a una educación de calidad en Brasil.

Palabras clave: Clima escolar; salud mental; violencia escolar; educación básica; prevención.

1 INTRODUÇÃO

A violência escolar representa, na contemporaneidade, um dos fenômenos mais desafiadores para os sistemas educacionais ao redor do mundo, e o Brasil não constitui exceção a essa realidade. Compreendida em suas múltiplas dimensões, física, psicológica, simbólica e institucional, a violência nas escolas manifesta-se de formas variadas, abrangendo desde episódios de bullying e agressões verbais até ataques armados de extrema gravidade. Conforme pontuam Molena *et al.* (2025), a violência escolar e a saúde mental estão profundamente interligadas, de modo que a presença de comportamentos violentos afeta negativamente o bem-estar psicológico de alunos e professores, ao mesmo tempo em que problemas de saúde mental podem potencializar a emergência de novas condutas agressivas. Essa interdependência aponta para a necessidade de abordagens integradas que considerem simultaneamente os aspectos relacionais, pedagógicos e clínicos do fenômeno.

Nesse contexto, o clima escolar emerge como categoria analítica fundamental para a compreensão das dinâmicas de convivência nas instituições de ensino. Vinha *et al.* (2018) definem o clima escolar como o conjunto de percepções compartilhadas por estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar acerca da

qualidade das relações interpessoais, das práticas pedagógicas e das condições estruturais do ambiente educativo. Trata-se, portanto, de um construto multidimensional que abrange aspectos como o senso de pertencimento, a justiça nas relações, a segurança e a participação democrática. Moro, Vinha e Morais (2019) ressaltam que o conceito de clima escolar é complexo e implica a articulação de diversas dimensões que se influenciam mutuamente, tornando sua avaliação um processo igualmente sofisticado e indispensável para a gestão escolar comprometida com a qualidade educacional.

A relação entre clima escolar negativo e comprometimento da saúde mental dos sujeitos escolares constitui campo amplamente documentado na literatura especializada. Fernandes e Silva (2023) demonstram que a exposição sistemática a ambientes de trabalho hostis e violentos produz consequências devastadoras para a saúde mental dos professores, que manifestam sintomas de esgotamento profissional, depressão e ansiedade. De forma complementar, Costa (2024) registra que a violência escolar, em suas variadas expressões, compromete não apenas o bem-estar docente, mas também interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, na assiduidade dos estudantes e na qualidade das interações educativas. Como se observa, o ambiente escolar constitui espaço de mediação entre as tensões sociais mais amplas e os processos subjetivos de cada estudante, tornando seu cuidado uma responsabilidade coletiva e inadiável.

A justificativa para o aprofundamento deste estudo reside, em primeiro lugar, na crescente incidência de episódios de violência nas escolas brasileiras, que têm mobilizado não apenas pesquisadores, mas também gestores, legisladores e a sociedade civil. Silva e Assis (2018), em abrangente revisão da literatura sobre prevenção da violência escolar, identificam que as estratégias disponíveis são numerosas e com resultados promissores, porém sua disseminação e implementação no contexto brasileiro ainda são insuficientes. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar apontados por Silva *et al.* (2018) revelam que a vitimização por bullying atinge proporções alarmantes entre os estudantes brasileiros, associando-se diretamente a indicadores negativos de saúde mental, como solidão, insônia e dificuldades de socialização. Diante desses achados, pergunta-se: *De que maneira o clima escolar influencia a saúde mental dos estudantes e dos professores da educação básica?*

Em segundo lugar, a crescente gravidade dos ataques às escolas no Brasil e a aprovação de legislações específicas para enfrentá-los, como a Lei Federal n.º 14.643/2023 e a Lei n.º 14.811/2024, revelam a urgência do debate acadêmico e da produção de conhecimento qualificado sobre o tema. Shimada, Komuro e Mattos (2024) argumentam que a violência escolar é um problema complexo que exige uma abordagem integrada e multifacetada, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a escola em sua dimensão comunitária. Louzada (2024) acrescenta que os ataques de violência extrema representam uma ameaça direta ao direito humano à educação, exigindo não apenas respostas repressivas, mas fundamentalmente a construção de uma cultura de paz e de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos. Daí se desprende a pergunta: *Quais estratégias de prevenção da violência se mostram mais eficazes para a promoção de um clima escolar saudável e da saúde mental na educação básica?*

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre clima escolar e saúde mental na educação básica, identificando os principais desafios e as estratégias mais promissoras para a prevenção da violência nas escolas. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) discutir o conceito de clima escolar e suas dimensões, relacionando-o ao bem-estar psicológico dos sujeitos escolares; (b) examinar os efeitos da violência escolar sobre a saúde mental de estudantes e docentes, com ênfase nas manifestações de bullying, burnout e adoecimento psíquico; e (c) identificar e analisar estratégias de prevenção da violência e de promoção da saúde mental no ambiente escolar, com atenção às políticas públicas e às práticas pedagógicas relevantes. Como questão norteadora central, indaga-se: *Como a melhoria do clima escolar pode contribuir para a proteção da saúde mental e para a prevenção da violência na educação básica?*

Para alcançar esses objetivos, o trabalho se organiza da seguinte maneira: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, estruturado em três subtópicos, o primeiro dedicado ao conceito e às dimensões do clima escolar; o segundo voltado para a análise da violência escolar e seus efeitos sobre a saúde mental; e o terceiro focado nas estratégias de prevenção da violência e de promoção da saúde mental no ambiente educativo.

Em seguida, descreve-se a metodologia adotada, de natureza bibliográfica e qualitativa. Na sequência, apresentam-se os resultados e a discussão, nos quais os achados da revisão são interpretados à luz dos objetivos do estudo. O artigo se encerra com as considerações finais, nas quais se sintetizam as principais conclusões, limitações e perspectivas para pesquisas e intervenções futuras. A organização proposta visa não apenas à coerência argumentativa, mas também à progressiva construção de um quadro analítico que contribua para a reflexão teórica e para o aprimoramento das práticas educacionais comprometidas com a garantia de um ambiente escolar seguro e promotor de saúde.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Clima escolar: Conceito, dimensões e impacto no ambiente educativo

O clima escolar constitui um dos conceitos mais relevantes e ao mesmo tempo mais complexos no campo da pesquisa educacional contemporânea. Vinha *et al.* (2018) compreendem o clima escolar como o conjunto de percepções e sentimentos compartilhados pelos membros da comunidade educativa acerca da qualidade das relações e das condições de convivência e aprendizagem presentes no cotidiano da escola. Trata-se de uma construção coletiva que se manifesta por meio das interações entre estudantes, docentes, gestores e familiares, sendo influenciada tanto por fatores estruturais quanto por aspectos relacionais e culturais que permeiam o ambiente institucional. A percepção de um clima escolar positivo está associada a melhores resultados de aprendizagem, maior engajamento dos estudantes e menores índices de comportamentos violentos.

Moro, Vinha e Morais (2019) avançam na discussão ao propor instrumentos validados para a avaliação do clima escolar no Brasil, reconhecendo que sua mensuração é fundamental para a implementação de intervenções eficazes. Os autores identificam que o conceito envolve dimensões como a percepção de segurança física e emocional, a qualidade das relações interpessoais, o sentido de pertencimento à instituição, a justiça e o respeito nas práticas pedagógicas, a participação da família e a organização do espaço físico. A avaliação dessas dimensões permite às equipes gestoras identificar aspectos críticos do ambiente escolar e planejar intervenções direcionadas, contribuindo para a construção de espaços mais democráticos e promotores de bem-estar. Tal perspectiva aponta para

uma concepção de escola que vai além do espaço de transmissão de conhecimentos, posicionando-a como comunidade aprendente e cuidadora. Acerca da multiplicidade de aspectos que envolvem a avaliação do clima escolar, Moro, Vinha e Morais (2019) destacam que:

O conceito sobre clima escolar é complexo e tem grandes implicações para a prática educativa, na medida em que envolve as percepções de todos os membros da comunidade escolar sobre as dimensões que compõem esse constructo. A avaliação sistemática dessas dimensões possibilita às equipes escolares identificar pontos de melhoria e planejar intervenções que promovam a convivência respeitosa e o bem-estar coletivo, indo ao encontro de uma escola mais justa e acolhedora para todos. (Moro; Vinha; Morais, 2019, p. 1).

Esse trecho evidencia a centralidade que a mensuração científica do clima escolar assume para a transformação das práticas educativas. Não se trata de um exercício meramente diagnóstico, mas de um instrumento de empoderamento pedagógico que coloca nas mãos dos profissionais da educação dados concretos para a construção de ambientes mais saudáveis.

A qualidade do clima escolar exerce influência direta sobre o desempenho acadêmico e sobre o desenvolvimento integral dos estudantes. Vinha *et al.* (2018) observam que ambientes escolares marcados por relações de respeito, cooperação e participação tendem a favorecer a motivação intrínseca dos alunos, o senso de autoeficácia e a disposição para a resolução pacífica de conflitos. Em contrapartida, climas escolares negativos, caracterizados por insegurança, injustiça, exclusão e ausência de diálogo, funcionam como fatores de risco para o desenvolvimento emocional dos estudantes e para a emergência de comportamentos violentos. Essa dinâmica revela que a violência escolar não surge no vácuo, mas é produzida e reproduzida em contextos institucionais específicos que precisam ser transformados de dentro para fora.

A construção de um clima escolar positivo demanda o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade educacional, incluindo gestores, professores, estudantes e famílias. Moro, Vinha e Morais (2019) ressaltam que a participação democrática na gestão escolar, a clareza nas normas de convivência e a existência de espaços para a expressão de conflitos de maneira construtiva são elementos fundamentais para a consolidação de um clima saudável. É especialmente relevante considerar que o clima não é estático, ele se transforma continuamente em resposta

às interações cotidianas e às decisões institucionais, o que implica que a responsabilidade pela sua melhoria é permanente e compartilhada. Sobre a perspectiva dos alunos acerca do clima escolar, Vinha *et al.* (2018, p. 165) registram que:

A percepção dos alunos sobre o clima escolar, em especial no que se refere à qualidade da convivência e das condições de aprendizagem, revela aspectos fundamentais sobre o funcionamento da instituição que muitas vezes escapam ao olhar dos adultos. Identificar quais dimensões do clima são mais valoradas ou mais problemáticas para os estudantes é um passo essencial para a construção de uma escola que responda às suas reais necessidades e que se comprometa com o seu bem-estar integral. (Vinha *et al.*, 2018, p. 165).

Essa perspectiva centrada no estudante é particularmente esclarecedora, pois lembra que o clima escolar é, acima de tudo, experienciado por aqueles que estão cotidianamente submersos nas relações escolares. A pesquisa com e para os alunos torna-se, assim, não apenas metodologicamente relevante, mas eticamente necessária.

Santos *et al.* (2024) ampliam a discussão ao ressaltar que a construção de um clima escolar positivo está intimamente ligada à implementação de uma cultura de paz nas instituições educativas. Os autores defendem que práticas pedagógicas voltadas para a mediação de conflitos, o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento dos vínculos comunitários são estratégias eficazes para transformar o clima escolar, reduzindo as condições que favorecem a violência. Assim, o clima escolar deixa de ser compreendido apenas como um diagnóstico da realidade institucional e passa a ser reconhecido como um projeto político-pedagógico em permanente construção, orientado pelos valores da democracia, da equidade e do cuidado coletivo.

Em síntese, o clima escolar constitui um conceito multidimensional e dinâmico, cuja compreensão e avaliação sistemática são indispensáveis para a promoção da convivência democrática e para a prevenção da violência na educação básica. A literatura revisada indica que ambientes escolares positivos não apenas protegem os sujeitos dos efeitos nocivos da violência, mas também potencializam os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano integral. A articulação entre a avaliação do clima, a formação dos profissionais da educação e a participação da comunidade constitui, portanto, o caminho mais promissor para a transformação das culturas institucionais escolares.

2.2 Violência escolar e seus efeitos sobre a saúde mental de estudantes e docentes

A violência escolar constitui fenômeno de alta complexidade, cujas manifestações se distribuem por um amplo espectro de comportamentos que vão desde formas mais sutis, como a exclusão social e a agressão verbal, até episódios graves de violência física e ataques armados. Molena *et al.* (2025) definem a violência escolar como toda ação ou omissão que causa dano físico, psicológico ou moral a qualquer membro da comunidade escolar, podendo ser praticada por estudantes, professores, funcionários ou mesmo pela própria estrutura institucional. Santos *et al.* (2025) acrescentam que a violência no ambiente escolar tem origens diversas, vinculadas a fatores socioeconômicos, familiares, culturais e institucionais, e que seus impactos negativos incidem tanto sobre os processos de ensino e aprendizagem quanto sobre a saúde mental e a integridade dos sujeitos envolvidos.

Entre as formas de violência escolar mais estudadas na literatura, o bullying ocupa posição de destaque, dada sua prevalência e seus efeitos devastadores sobre o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. Vieira *et al.* (2020) apontam que pesquisas nacionais revelam que cerca de 30% dos estudantes relatam já terem sido vítimas de bullying nas escolas brasileiras, o que coloca o fenômeno como uma das principais preocupações de saúde pública no campo educacional. Silva *et al.* (2018), com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), registram associações significativas entre a vitimização por bullying e variáveis de saúde mental como solidão, insônia e dificuldades de estabelecer amizades, evidenciando que a experiência de ser vítima de agressões sistemáticas compromete profundamente o bem-estar psicológico dos adolescentes. Acerca das consequências do bullying para a saúde mental dos jovens, Silva (2022) sintetiza que:

O bullying, enquanto prática deliberada e recorrente de intimidação entre estudantes, produz consequências graves e duradouras para a saúde mental de suas vítimas, manifestando-se sob a forma de ansiedade, depressão, baixa autoestima, dificuldades de concentração e, em casos mais graves, ideação suicida. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento, converte-se, para essas vítimas, em fonte de sofrimento e de medo, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas a própria subjetividade em formação. (Silva, 2022, p. 3).

Esse trecho é particularmente revelador ao destacar a contradição fundamental que se instala quando a escola, espaço institucional de formação e

proteção, transforma-se em locus de sofrimento. Trata-se de uma inversão que coloca em xeque não apenas o bem-estar individual, mas o próprio projeto civilizatório da educação pública.

Os efeitos da violência escolar sobre a saúde mental não se restringem aos estudantes, os docentes constituem igualmente um grupo altamente vulnerável. Fernandes e Silva (2023) demonstram, com base em ampla revisão integrativa, que a exposição sistemática à violência no ambiente de trabalho produz graves sequelas psicológicas nos professores, manifestando-se principalmente por meio da síndrome de burnout, da depressão, da ansiedade e do adoecimento psicossomático. Costa (2024), em estudo contextualizado na realidade de Fortaleza, registra que a exposição frequente a episódios de violência, sejam físicos, psicológicos ou simbólicos, provoca altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout entre os professores das escolas públicas. As consequências não se limitam ao âmbito individual: o sofrimento docente impacta diretamente a qualidade do ensino, o clima da sala de aula e a capacidade do professor de estabelecer vínculos afetivos positivos com os estudantes. Sobre esse processo de adoecimento dos professores, Fernandes e Silva (2023, p. 4) são enfáticos ao registrar que:

O docente sofre danos, tanto em escala da sua saúde física quanto em sua saúde emocional, construindo um quadro favorável para o afastamento para tratamento médico, ou até mesmo para a aposentadoria precoce por apresentarem quadro de depressão ou outras síndromes inerentes a sua função laboral. A síndrome de burnout aparece como uma das consequências sobre a saúde docente, seguida da depressão e ansiedade ocasionadas por situações de violência vividas pelo professor dentro da escola e das condições de trabalho. (Fernandes; Silva, 2023, p. 4).

Esse retrato doloroso do adoecimento docente convida à reflexão sobre as condições em que o trabalho educativo é exercido no Brasil. Não é possível exigir do professor um desempenho de excelência em contextos de violência sistemática, sem que haja suporte institucional e cuidado concreto com sua saúde mental.

Faria e Rodrigues (2020) ampliam o quadro analítico ao apontar que entre 10% e 20% das crianças e adolescentes brasileiros apresentam algum tipo de transtorno mental, sendo a escola o espaço mais indicado para a implementação de programas preventivos, algo que se comprova pelo fato de que 62,79% dos programas preventivos mapeados em pesquisas nacionais foram realizados em ambiente escolar. Essa constatação reforça o argumento de que a escola não é apenas um

espaço afetado pela violência e pelos problemas de saúde mental, mas também o locus privilegiado para a intervenção preventiva e para a promoção do bem-estar psicológico dos sujeitos. Silva (2022) acrescenta que as consequências do bullying para a saúde mental dos adolescentes se estendem para além da fase escolar, podendo comprometer o desenvolvimento psicossocial na vida adulta, o que torna a intervenção precoce ainda mais urgente e necessária.

Em síntese, a literatura revisada demonstra de maneira consistente que a violência escolar exerce efeitos deletérios sobre a saúde mental de todos os membros da comunidade escolar. Para estudantes, os impactos se manifestam especialmente através do bullying, que gera ansiedade, depressão, isolamento social e baixa autoestima. Para os professores, a violência contribui decisivamente para o adoecimento profissional, com destaque para a síndrome de burnout e a depressão. A compreensão desses efeitos é condição necessária para o planejamento de intervenções eficazes que protejam simultaneamente a saúde mental de alunos e docentes, garantindo as condições mínimas para que a escola cumpra sua função educativa e social.

2.3 Estratégias de prevenção da violência e promoção da saúde mental nas escolas

A literatura científica sobre prevenção da violência escolar é vasta e aponta para a existência de múltiplas estratégias com diferentes níveis de eficácia, alcance e sustentabilidade. Silva e Assis (2018), em revisão sistemática da literatura nacional e internacional sobre o tema, identificam que as abordagens mais promissoras combinam intervenções universais, voltadas para toda a comunidade escolar, com ações focalizadas em grupos ou indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. As autoras destacam que programas que envolvem treinamento de habilidades sociais, resolução pacífica de conflitos, educação para os direitos humanos e participação estudantil apresentam resultados superiores em comparação a abordagens meramente punitivas ou disciplinares. Essa perspectiva aponta para a necessidade de superar modelos de gestão escolar que tratam a violência como problema de segurança, em vez de reconhecê-la como sintoma de dinâmicas relacionais e institucionais que precisam ser transformadas.

Santos *et al.* (2024) aprofundam essa análise ao propor a cultura de paz como marco referencial para as estratégias de prevenção da violência nas escolas. Os autores argumentam que a implementação de práticas pedagógicas voltadas para a mediação de conflitos, o respeito à diversidade e o fortalecimento dos vínculos comunitários é capaz de transformar o ambiente escolar, reduzindo as condições que favorecem a violência. Para tanto, é indispensável o envolvimento ativo de toda a comunidade escolar, gestores, professores, estudantes e famílias, em processos participativos de construção das normas de convivência e das estratégias de enfrentamento dos conflitos. Sobre a centralidade dessa abordagem comunitária para a prevenção efetiva da violência, Santos *et al.* (2024, p. 12) registram que:

A implementação da cultura de paz é apresentada como uma ferramenta pedagógica eficaz, promovendo a mediação de conflitos e o respeito mútuo. Além disso, destaca-se a importância do envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores e pais, para criar um ambiente seguro e inclusivo. A adoção de práticas pedagógicas, como a mediação de conflitos, associada ao envolvimento comunitário, pode transformar a escola em um espaço de convivência pacífica e aprendizado eficaz. (Santos *et al.*, 2024, p. 12).

Essa passagem ilumina uma dimensão frequentemente negligenciada nas discussões sobre violência escolar: a prevenção não é tarefa exclusiva do professor ou do gestor, mas projeto coletivo que exige a participação ativa de todos os sujeitos que compõem a comunidade educativa, incluindo as famílias.

Lemos *et al.* (2025) contribuem com a discussão ao analisar os desafios e as estratégias para a promoção da saúde mental no ambiente escolar em diferentes realidades brasileiras. Os autores identificam que a escola constitui espaço de fundamental importância para a promoção da saúde mental, funcionando como local de prevenção e apoio, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola (PSE), criado pelo governo federal para integrar saúde e educação, é reconhecido como iniciativa relevante para o fortalecimento da saúde mental escolar, embora sua implementação seja marcada por variações significativas entre regiões e contextos, o que compromete sua eficácia em escala nacional. A promoção da saúde mental nas escolas exige, portanto, não apenas a disponibilização de programas e recursos, mas também a adaptação das políticas públicas às realidades locais e o desenvolvimento de capacidades institucionais para sustentá-las.

A dimensão das políticas públicas assume relevância central nas análises de Louzada (2024) e Shimada, Komuro e Mattos (2024). Louzada (2024) destaca que a aprovação da Lei Federal n.º 14.643/2023, que autoriza o monitoramento de ocorrências de violência escolar, e da Lei n.º 14.811/2024, que institui medidas de proteção a crianças e adolescentes contra a violência nas escolas, representa um avanço significativo no quadro normativo brasileiro de enfrentamento à violência escolar. Contudo, a autora pondera que a efetividade das políticas públicas depende não apenas da criação de legislações adequadas, mas de sua efetiva implementação, do financiamento adequado e da formação dos profissionais responsáveis por executá-las. Shimada, Komuro e Mattos (2024) acrescentam que a violência é um problema que exige abordagem integrada envolvendo diferentes níveis de governo, e que ainda há muito a ser reformulado nas escolas para enfrentar adequadamente o fenômeno. Sobre os limites das políticas públicas de enfrentamento à violência escolar no Brasil, Shimada, Komuro e Mattos (2024, p. 15) registram que:

É notório que ainda há muito a ser pensado, reformulado e desenvolvido dentro das escolas, visto que a violência é um problema complexo que requer uma abordagem integrada e multifacetada, dos órgãos federais, estaduais e municipais. O tema escolhido ressalta a mudança de visão das esferas governamentais quanto aos aspectos da violência escolar, de modo a constituir ferramentas eficazes no combate à violência considerando não só a escola, mas todos os seus agentes, em especial os professores e a sua formação acadêmica. (Shimada; Komuro; Mattos, 2024, p. 15).

Esse trecho oferece um diagnóstico preciso das lacunas que ainda persistem na governança da violência escolar no Brasil, evidenciando que a legislação, por mais avançada que seja, não substitui a construção de capacidades institucionais e a formação qualificada dos profissionais da educação.

Faria e Rodrigues (2020) reforçam a relevância de programas de prevenção baseados em evidências, destacando que as intervenções multicomponentes — que combinam o trabalho em sala de aula, o treinamento de professores e o suporte familiar — produzem resultados mais abrangentes e duradouros do que as ações isoladas. As autoras observam que 62,79% dos programas preventivos mapeados no Brasil foram realizados em escolas, confirmando o papel estratégico da instituição escolar como espaço privilegiado de promoção da saúde mental. Ao mesmo tempo, alertam para a necessidade de superar a abordagem centrada exclusivamente nos problemas de comportamento, incorporando nas práticas preventivas a promoção de

competências socioemocionais, o fortalecimento de fatores de proteção e a construção de vínculos positivos entre estudantes, professores e famílias.

Em síntese, as estratégias de prevenção da violência escolar e de promoção da saúde mental mais eficazes são aquelas que operam de maneira integrada, combinando ações pedagógicas, clínicas, comunitárias e políticas. A literatura revisada é convergente ao afirmar que não há solução isolada para um problema de natureza tão complexa e multifatorial: é preciso agir simultaneamente sobre o clima escolar, as práticas pedagógicas, as políticas públicas e os contextos familiares e comunitários. O desafio, portanto, não é a falta de estratégias disponíveis, mas a capacidade institucional de implementá-las de forma sistemática, sustentável e com qualidade em todos os contextos da educação básica brasileira.

3 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, cujo objetivo central consiste na análise crítica e na síntese interpretativa das produções acadêmicas mais relevantes sobre a relação entre clima escolar, saúde mental e prevenção da violência na educação básica. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela natureza teórico-conceitual do problema investigado, pela dispersão da literatura sobre o tema em diferentes periódicos e repositórios, e pela necessidade de construir um quadro analítico abrangente a partir da articulação de múltiplas perspectivas teóricas e empíricas. Silva e Assis (2018) destacam que a revisão da literatura constitui metodologia fundamental para a síntese do conhecimento acumulado sobre a prevenção da violência escolar, permitindo identificar convergências, lacunas e contradições nas evidências disponíveis.

A seleção das fontes bibliográficas seguiu critérios rigorosos de inclusão e exclusão, orientados pela relevância temática, pela qualidade metodológica, pela procedência acadêmica e pela acessibilidade dos textos em bases de dados reconhecidas. Foram priorizadas obras indexadas nas bases SciELO, Periódicos CAPES, repositórios universitários e periódicos de acesso aberto com avaliação por pares. Os descritores utilizados para a busca incluíram os seguintes termos e combinações: "clima escolar", "saúde mental", "violência escolar", "educação básica", "prevenção", "bullying", "burnout docente", "estratégias pedagógicas" e "políticas públicas". A busca foi realizada de forma sistemática nas bases mencionadas,

priorizando publicações do período de maior produção recente sobre o tema. Lemos *et al.* (2025) adotaram procedimento metodológico semelhante em sua revisão sobre promoção da saúde mental no ambiente escolar, ressaltando a importância de delimitar claramente os critérios de seleção para garantir a qualidade e a coerência do corpus analisado.

Após a etapa de busca, foram identificadas e pré-selecionadas 28 obras potencialmente relevantes. Procedeu-se, então, a uma leitura exploratória dos resumos, introduções e conclusões de cada trabalho, com vistas a verificar a aderência temática e a qualidade das informações apresentadas. Dessa análise preliminar, resultou a seleção final de 15 obras, que compõem o corpus central da presente revisão. O critério decisivo de inclusão foi a abordagem direta de pelo menos um dos eixos temáticos centrais do artigo, clima escolar, saúde mental, violência escolar ou estratégias de prevenção, com fundamentação empírica ou teórica consistente. Molena *et al.* (2025) e Santos *et al.* (2025) constituem exemplos de obras incluídas por abordarem simultaneamente os eixos da violência escolar e da saúde mental de forma articulada e fundamentada.

A análise das obras selecionadas foi conduzida por meio da leitura integral dos textos, com vistas à identificação das principais teses, argumentos, dados empíricos e conclusões apresentadas pelos autores. Para organizar a análise, foram construídas categorias temáticas emergentes do corpus, correspondentes aos três eixos do referencial teórico: (a) clima escolar; (b) violência escolar e saúde mental; e (c) estratégias de prevenção. Faria e Rodrigues (2020) ressaltam que a categorização temática é procedimento fundamental em revisões bibliográficas qualitativas, pois permite organizar a diversidade de perspectivas em torno de eixos analíticos coerentes com os objetivos da pesquisa, facilitando a síntese interpretativa dos achados.

Após a categorização, procedeu-se à síntese interpretativa dos achados de cada categoria, identificando convergências, complementaridades e tensões entre as perspectivas dos diferentes autores. O processo analítico orientou-se pelos objetivos específicos do artigo, buscando, a cada etapa, responder às questões norteadoras formuladas na introdução. Cabe registrar que a presente revisão não tem pretensão de exaustividade, mas de representatividade temática: o corpus selecionado foi

considerado suficientemente abrangente para responder aos objetivos propostos, ainda que pesquisas futuras possam ampliar a base bibliográfica com obras em língua estrangeira ou em áreas disciplinares ainda pouco representadas, como a neurociência da educação e a psicologia positiva aplicada ao contexto escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico permitiu identificar três grandes eixos de achados, diretamente relacionados aos objetivos específicos do estudo: (a) a centralidade do clima escolar para o bem-estar psicológico dos sujeitos escolares; (b) os efeitos da violência sobre a saúde mental de estudantes e docentes; e (c) as estratégias de prevenção mais eficazes e seus condicionantes institucionais. O primeiro achado relevante diz respeito à confirmação de que o clima escolar funciona como fator de proteção ou de risco para a saúde mental e para a violência, dependendo de sua qualidade. Vinha *et al.* (2018) e Moro, Vinha e Morais (2019) demonstram que ambientes escolares positivos, marcados por relações de respeito, participação e senso de pertencimento, atuam como amortecedores dos fatores de risco associados à violência e ao adoecimento psíquico. Essa conclusão é corroborada por Santos *et al.* (2024), que identificam a implementação de uma cultura de paz como estratégia eficaz para transformar climas escolares negativos, reduzindo os índices de violência e promovendo relações mais saudáveis entre os membros da comunidade educativa.

O segundo achado central refere-se à magnitude e à diversidade dos impactos da violência escolar sobre a saúde mental. A revisão evidencia que a violência nas escolas brasileiras constitui fenômeno de alta prevalência, com repercussões graves para estudantes e docentes. Para os estudantes, os dados de Vieira *et al.* (2020) e Silva *et al.* (2018) revelam que aproximadamente 30% dos jovens já vivenciaram situações de bullying nas escolas, com consequências diretas sobre a saúde mental, incluindo ansiedade, depressão, ideação suicida e dificuldades de aprendizagem. Silva (2022) acrescenta que esses efeitos tendem a se prolongar além da fase escolar, impactando negativamente a vida adulta das vítimas. Para os professores, Costa (2024) e Fernandes e Silva (2023) demonstram que a síndrome de burnout, a depressão e o afastamento do trabalho estão diretamente associados à exposição à violência no ambiente escolar, o que configura um cenário de adoecimento coletivo

que compromete tanto o bem-estar dos docentes quanto a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. A correlação entre violência escolar, clima escolar negativo e adoecimento mental dos diferentes sujeitos escolares revela que o problema não pode ser tratado de forma compartimentalizada, exigindo abordagens sistêmicas e intersetoriais.

O terceiro achado importante relaciona-se à eficácia diferencial das estratégias de prevenção disponíveis. A revisão indica que as abordagens mais promissoras são aquelas que combinam múltiplos componentes e atuam em diferentes níveis do sistema escolar. Silva e Assis (2018) identificam que programas baseados em habilidades sociais, resolução de conflitos e participação estudantil produzem resultados superiores em comparação a abordagens disciplinares unilaterais. Lemos *et al.* (2025) destacam o Programa Saúde na Escola como iniciativa importante, mas ressaltam que sua eficácia é comprometida por lacunas na implementação e pela falta de recursos estruturais em muitas regiões do país. Santos *et al.* (2024) reforçam que a mediação de conflitos, associada ao envolvimento comunitário, pode transformar o ambiente escolar quando aplicada de forma sistemática e com o engajamento de todos os atores educacionais.

O quarto achado relevante relaciona-se à necessidade de políticas públicas mais robustas e melhor implementadas para o enfrentamento da violência escolar no Brasil. Shimada, Komuro e Mattos (2024) e Louzada (2024) convergem ao afirmar que, apesar dos avanços legislativos recentes, como a Lei n.º 14.643/2023 e a Lei n.º 14.811/2024, a efetividade das políticas depende de investimento em formação docente, infraestrutura escolar, suporte psicológico e articulação intersetorial. A simples aprovação de leis não é suficiente para transformar as realidades escolares marcadas pela violência e pelo sofrimento mental; é necessário construir capacidade institucional e garantir condições concretas para que as políticas sejam implementadas com qualidade em todos os contextos do país. Essa limitação das respostas puramente legislativas aponta para a necessidade de combinar a regulação jurídica com investimentos educacionais, sanitários e sociais de médio e longo prazo.

Um quinto achado relevante refere-se à insuficiência das respostas individualizadas para o problema da saúde mental nas escolas. Faria e Rodrigues (2020) alertam que a tendência à medicalização dos problemas comportamentais e

emocionais das crianças, evidenciada pelo aumento expressivo do consumo de metilfenidato, revela uma perspectiva reducionista que responsabiliza individualmente o estudante pelo seu sofrimento, sem questionar as condições escolares e sociais que o produzem. É preciso, portanto, superar a lógica individualizante e adotar abordagens ecológicas e comunitárias que reconheçam a dimensão coletiva e institucional do adoecimento mental no contexto escolar. Molena *et al.* (2025) corroboram essa perspectiva ao afirmar que, para criar ambientes escolares seguros e saudáveis, é necessário combater a violência e promover a saúde mental de todos os membros da comunidade escolar por meio de ações preventivas, de apoio e de articulação intersetorial.

Diante do conjunto de achados apresentados, conclui-se que a relação entre clima escolar, saúde mental e violência na educação básica é complexa, multidimensional e profundamente enraizada nas condições sociais, institucionais e pedagógicas do ambiente educativo brasileiro. Os resultados da revisão indicam que a prevenção eficaz da violência escolar requer uma abordagem sistêmica que articule a melhoria do clima escolar, a promoção da saúde mental, a formação continuada de professores, a participação comunitária e a implementação de políticas públicas integradas. O principal desafio identificado pela literatura não é a ausência de estratégias disponíveis, mas a incapacidade institucional de implementá-las de forma sustentável, equitativa e com a qualidade necessária para produzir transformações duradouras nos ambientes escolares brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a relação entre clima escolar, saúde mental e violência na educação básica, identificando os principais desafios e as estratégias mais promissoras para a prevenção da violência nas escolas brasileiras. A revisão bibliográfica empreendida revelou que essa relação é de natureza profundamente dialética: ambientes escolares marcados pela violência deterioram progressivamente a saúde mental de todos os seus membros, ao passo que o comprometimento da saúde mental favorece a emergência e a perpetuação de novos ciclos de violência. Romper essa espiral destrutiva constitui, portanto, o grande desafio pedagógico, clínico e político do presente momento histórico da educação brasileira.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que buscou discutir o conceito de clima escolar e suas dimensões, o estudo demonstrou que o clima escolar é um construto multidimensional que expressa a qualidade coletiva das relações escolares, abrangendo aspectos como segurança, pertencimento, justiça e participação. A avaliação sistemática do clima emerge como ferramenta imprescindível para a gestão escolar comprometida com a qualidade educacional e com o bem-estar de todos os sujeitos. Ficou evidente que um clima escolar positivo não é produto da sorte ou de condições estruturais favoráveis, mas resultado de esforços deliberados, sistemáticos e coletivos de construção de uma cultura institucional democrática e cuidadora.

No que diz respeito ao segundo objetivo, examinar os efeitos da violência escolar sobre a saúde mental, os resultados são inequívocos: a violência, em suas múltiplas manifestações, compromete gravemente a saúde mental de estudantes e docentes. Para os alunos, o bullying surge como forma predominante de violência, com consequências que vão da ansiedade e da depressão à ideação suicida, passando pela queda no desempenho acadêmico e pelo isolamento social. Para os professores, a síndrome de burnout, a depressão e o afastamento do trabalho constituem os indicadores mais alarmantes de um adoecimento coletivo que não pode continuar sendo tratado como problema individual ou de responsabilidade exclusiva do docente.

Quanto ao terceiro objetivo, identificar estratégias de prevenção, o estudo confirmou que as abordagens mais eficazes são aquelas de natureza multicomponente, que atuam simultaneamente sobre o clima escolar, as práticas pedagógicas, a formação dos profissionais e as políticas públicas. Programas de habilidades sociais, mediação de conflitos, promoção da cultura de paz e o Programa Saúde na Escola foram identificados como iniciativas relevantes, mas cuja eficácia é frequentemente comprometida por lacunas na implementação, falta de recursos e ausência de articulação intersetorial. Essa constatação aponta para a necessidade de fortalecer não apenas as políticas, mas as condições concretas de sua execução nos diferentes contextos escolares brasileiros.

Um aspecto particularmente significativo que emergiu da revisão é a persistente desconexão entre o conhecimento produzido pela pesquisa acadêmica e as práticas efetivamente adotadas nas escolas. As estratégias identificadas como

eficazes pela literatura são frequentemente desconhecidas pelos professores e gestores em exercício, seja por dificuldades de acesso à produção científica, seja pela ausência de políticas de formação continuada que promovam a incorporação dessas evidências na prática cotidiana. Superar essa lacuna exige o fortalecimento dos programas de formação inicial e continuada de professores, com especial atenção à promoção da saúde mental escolar e à prevenção da violência.

A análise das políticas públicas brasileiras de enfrentamento à violência escolar revelou um cenário de avanços legislativos importantes, mas de implementação ainda incipiente e desigual. A aprovação de legislações específicas que tratam da segurança escolar representa um passo importante no reconhecimento institucional da gravidade do problema, mas não substitui o investimento em pessoas, em infraestrutura e em processos pedagógicos. Políticas públicas efetivas precisam ser fundamentadas em evidências científicas, construídas de forma participativa com as comunidades escolares e adequadas às especificidades regionais e locais do vasto território educacional brasileiro.

A questão da saúde mental dos professores merece atenção especial como elemento central de qualquer política de prevenção da violência escolar. Um docente submetido a situações crônicas de violência, sem suporte institucional e sem acesso a cuidados em saúde mental, não dispõe das condições emocionais e cognitivas necessárias para construir ambientes de aprendizagem seguros e acolhedores. Investir na saúde mental dos professores é, portanto, uma condição prévia e indispensável para qualquer estratégia séria de prevenção da violência e de promoção do bem-estar escolar. Programas de apoio psicológico, espaços de escuta e supervisão pedagógica, redução da sobrecarga de trabalho e valorização salarial constituem medidas concretas que precisam ser integradas à agenda das políticas educacionais.

A presente pesquisa apresenta limitações que precisam ser reconhecidas com transparência. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica, os resultados refletem o estado da produção acadêmica disponível nas bases consultadas, não incorporando necessariamente todas as iniciativas e experiências relevantes em curso no país. Além disso, a opção pelo recorte nacional exclui da análise a rica produção internacional sobre o tema, que poderia enriquecer e questionar algumas das

conclusões alcançadas. Pesquisas futuras poderiam ampliar o escopo da revisão, incorporando estudos internacionais comparados, pesquisas de campo com professores e estudantes, e avaliações de impacto de programas específicos de prevenção da violência escolar.

As implicações práticas do presente estudo são múltiplas e dirigem-se a diferentes atores do sistema educacional. Para gestores escolares, os achados reforçam a importância de investir na avaliação e melhoria do clima escolar como estratégia prioritária de gestão. Para professores, o estudo destaca a urgência de desenvolver competências em resolução pacífica de conflitos, educação emocional e promoção da saúde mental. Para formuladores de políticas públicas, os resultados apontam para a necessidade de articular ações de segurança escolar com investimentos em saúde mental, formação docente e fortalecimento comunitário. Para pesquisadores, o estudo identifica lacunas importantes que merecem aprofundamento, especialmente em relação à implementação das estratégias preventivas em contextos de alta vulnerabilidade social.

Em uma perspectiva mais ampla, este estudo reafirma que a escola é muito mais do que um espaço de transmissão de conhecimentos: ela é um ambiente de socialização, de formação de vínculos, de construção de identidades e de desenvolvimento integral. Proteger a escola da violência e promover a saúde mental de todos os seus membros não é, portanto, uma demanda secundária ou periférica, mas condição essencial para que a educação cumpra seu papel transformador e humanizador. A construção de ambientes escolares seguros, acolhedores e promotores de bem-estar é, em última instância, um projeto de sociedade, que exige o engajamento coletivo de educadores, famílias, pesquisadores, gestores e cidadãos comprometidos com o direito de cada criança e adolescente de aprender e se desenvolver em paz.

6 REFERÊNCIAS

COSTA, Vagda Lúcia Martins. Impactos da violência escolar em Fortaleza: uma análise da saúde mental de professores diante dos desafios do ambiente escolar. *Dux Educare*, v. 1, 2024. DOI: — 10.5281/zenodo.14578466. Disponível em: <https://www.duxeducare.com.br/wp-content/uploads/2024/12/IMPACTOS-DA-VIOLENCIA-ESCOLAR-EM-FORTALEZA-UMA-ANALISE-DA-SAUDE-MENTAL-DE->

PROFESSORES-DIANTE-DOS-DESAFIOS-DO-AMBIENTE-ESCOLAR.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

FARIA, Natane Carneiro; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Promoção e prevenção em saúde mental na infância: implicações educacionais. *Psicologia da Educação*, n. 51, p. 85-98, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-35202020000200085&script=sci_arttext. Acesso em: 14 mar. 2026.

FERNANDES, Flávia Emília Cavalcante Valença; SILVA, Alexsandro da. Repercussões da violência na comunidade escolar sobre a saúde mental dos professores da educação básica e estratégias para o seu enfrentamento. *Travessias*, Cascavel, v. 17, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2023. DOI: 10.48075/rt.v17i1.30240. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8937463.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2026.

LEMOS, Renata Louise Ferreira *et al.* Promoção de saúde mental no ambiente escolar: desafios e estratégias em duas realidades brasileiras. *Revista Semiárido De Visu*, v. 13, n. 1, 2025. DOI: 10.31416/rsdv.v13i1.1332. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/1332>. Acesso em: 14 mar. 2026.

LOUZADA, Mariana Cardoso. A educação como direito humano: o fenômeno dos ataques de violência extrema contra as escolas. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 16, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8676829>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MOLENA, Juliane Cristina *et al.* Violência escolar e saúde mental. *Revista Acadêmica da Lusofonia*, v. 2, n. 11, p. 1-15, 2025. DOI: 10.69807/2966-0785.2025.225. Disponível em: <https://revistaacademicadalusofonia.com/index.php/lusofonia/article/view/225>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MORO, Aline; VINHA, Telma Pileggi; MORAIS, Alessandra de. Avaliação do clima escolar: construção e validação de instrumentos de medida. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 174, 2019. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/nSBHhqCqGMMGGR9Fwg3yMpG/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SANTOS, Andreia Mendes dos *et al.* Violência escolar: abordagens interdisciplinares para o desenvolvimento e implementação de políticas na Educação Básica. Caderno Pedagógico, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n12-324. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/21118>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SANTOS, José Leonardo Diniz de Melo *et al.* A importância da prevenção e combate à violência escolar para a construção de uma cultura de paz. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 11, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i11.4435. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4435>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SHIMADA, Maria Fernanda Paci Hirata; KOMURO, Larissa Satie Fuzishima; MATTOS, Angelo Raphael. Violências nas escolas e implementação de políticas públicas. Quaestio: Revista de Estudos em Educação, v. 26, 2024. DOI: 10.22483/2177-5796.2024v26id5227. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/5227>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SILVA, Flávia Roberta da; ASSIS, Simone Gonçalves de. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gyWkfTDCdCVP5QdsS3PCWpb/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SILVA, Jorge Luiz da *et al.* Vitimização por bullying em estudantes brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE). Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/46kdFbqGCZfL6cMHRQZJj4y/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SILVA, Maria Vitória Rodrigues da. Consequências do bullying na saúde mental dos adolescentes no contexto escolar: revisão narrativa. Scientia Generalis, v. 3, n. 3, 2022. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/341>. Acesso em: 14 mar. 2026.

VIEIRA, Felipe Henrique Monteiro *et al.* Impactos do bullying na saúde mental do adolescente. *Ciência ET Praxis*, Passos, v. 13, n. 26, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/4354>. Acesso em: 14 mar. 2026.

VINHA, Telma Pileggi *et al.* O clima escolar na perspectiva dos alunos de escolas públicas. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 15, n. 40, p. 163-188, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2238-12792018000300163&script=sci_arttext. Acesso em: 14 mar. 2026.

